

A ÚLTIMA GOTA TRIBUTÁRIA

Os cenários repetem-se como se fossem a mesma peça teatral embora os personagens sejam outros e os palcos não sejam os mesmos. Primeiro foi o governo estadual com um aumento da alíquota do ICMS incidente sobre a energia elétrica, os combustíveis e a telefonia. Agora é o governo federal, que pretextando baixar a tabela referente ao imposto de renda incidente na fonte, agrava o tributo referente aos serviços através da edição da MP232. É a reedição da velha parêmia: o estado dívida cada vez mais se transforma no estado fisco onde os impostos tem valores escandinavos e os serviços prestados são de qualidade africana.

O mais tocante no cenário de perversão que contemplamos é que gradativamente, as providências tomadas levam a uma antinomia que é o agravamento da dívida estatal, pressionada pelos juros que ela própria, união, edita para conter a inflação. Este é o efeito do dever de casa prelecionado pelo FMI que receita uma política macroeconômica de meta de inflação através do aumento dos juros agravados pela recidiva tributária. Resultado: Mais e mais União, Estados e também os Municípios agravam seu processo de endividamento levando para inelutável processo de implosão do estado sobre a sociedade civil que, asfixiada sob o aumento dos juros e dos impostos, perde sua capacidade de produção, de consumo e de emprego.

Esta é uma discussão de política institucional que vai mais além do que a mera discussão de política-partidária pois está comprovado que todos os partidos quando se instalam no poder ficam reféns do *script* permitido pelo condicionamento do próprio cenário de redução da governabilidade. Em suma é de concluir-se que a democracia partidária, mesmo com seu recurso disforme ao maniqueísmo fisiológico que congrega e pressiona o pluripartidarismo rumo a um bipartidarismo de resultados, mesmo assim, não consegue criar consensos que possibilitem solucionar o impasse da crise nacional.

Assistimos, atônitos, a aproximação, de paradoxo em paradoxo, ao dito efeito *dejá vu* ou *orlof* – mais e mais as contradições, que geram as eclosões sociais, aproximam o Brasil da situação Argentina. Os partidos e os políticos, de qualquer jaez ou bandeira, tergiversarão até o final na sua fantasia lúdica de não reconhecer a crise agravando-a ainda mais ante sua ingênita covardia frente aos momentos políticos cruciais, no entanto, dia a dia, vai se firmando no horizonte a possibilidade factível construída nas *calles* pelo povo argentino e gritada aos quatro ventos pelo seu presidente Nestor Kirchner: Basta de usura financeira !

Prof. Sérgio Borja – Professor de Direito nas Faculdades de Direito da PUC/RS e UFRGS e membro da Academia Rio-Grandense de Letras.